

A vibrant carnival float is the background of the page. It features a large, expressive face with a wide-open mouth, possibly representing a character or a political figure. The float is decorated with colorful elements and a banner that reads "FEIXA O PRINCEPE" and "OLHA P O PREFEITO". The overall scene is festive and celebratory.

CARNAVAL É VAL direito

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ANALISAR A RELAÇÃO
E AS RESPONSABILIDADES ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E O CARNAVAL

CAR NA É VAL direito

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ANALISAR A RELAÇÃO
E AS RESPONSABILIDADES ENTRE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL E O CARNAVAL

FICHA TÉCNICA

Comissão Especial com a finalidade de analisar a relação e as responsabilidades entre o poder público municipal e o carnaval

Vereador Tarcísio Motta (presidente)

Vereadora Verônica Costa (relatora)

Vereador Marcelo Siciliano (membro)

Textos

Bianca Rodrigues Toledo

Evelyn Silva

Manuela Trindade Oiticica

Revisão

Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos

Abre Alas

Fábio Fabato

Entrevistas

Marina Frydberg

Leandro Vieira

Saideira

Luiz Antônio Simas

Diagramação e Arte

Evlen Lauer

Fotos de Capa

Tomaz Silva - Agência Brasil / EBC

Impressão

**Gráfica da Câmara Municipal
do Rio de Janeiro**

DEZEMBRO DE 2019

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
ABRE ALAS	7
CARNAVAL DE RUA	11
Entrevista MARINA FRYDBERG	15
Monopólio da Rua	21
Bloco da burocracia	27
Quem faz a festa fica de fora	33
Recomendações	40
CARNAVAL DE AVENIDA	45
Entrevista LEANDRO VIEIRA	49
Que tititi é esse que vem da Sapucaí?	55
Abrindo o jogo	61
O desfile que não passa na tevê	67
Recomendações	71
SAIDEIRA	77

APRESENTAÇÃO

“É éé, a gente quer viver pleno direito!”, cantava o menino do Morro de São Carlos.

O carnaval carioca é mais do que a maior manifestação de cultura popular da cidade (e olha que isso não é pouco). O carnaval é um direito do cidadão carioca. Direito à identidade, à história, cultura, tradição e pluralidade étnica; à diversidade de sons, cores e fantasias, de batuques, ganzás e requebrados.

Pois foi tudo isso que a prefeitura de Crivella elegeu como inimigo. O acirramento da lógica mercantilizada do carnaval de rua, o desrespeito à tradição de blocos, a repressão a ambulantes e foliões, o abandono da Cidade do Samba, o descaso com a Marquês de Sapucaí e a falta de incentivo às escolas de samba são apenas alguns dos problemas experimentados por quem faz a festa acontecer.

A desonestidade do prefeito para justificar tamanho desrespeito com o carnaval é algo que merece destaque neste relatório. Com anúncios pagos com o dinheiro dos cofres públicos, a prefeitura criou uma falsa dicotomia entre incentivar o carnaval e manter crianças na escola. Segundo o discurso oficial, a prefeitura não teria condições de “gastar” R\$ 70 milhões no desfile das escolas de samba e garantir outras obrigações.

Bom, primeiro que a prefeitura não “gasta” R\$ 70 milhões no desfile das escolas de samba. Esse valor, segundo dados da própria prefeitura, equivale ao custo total do carnaval dos blocos de rua e do carnaval das escolas de samba, incluindo serviços básicos que a prefeitura deve prover para quem gosta ou não do carnaval, como infraestrutura, manutenção de equipamentos, limpeza, controle de trânsito etc. Além disso, a maior parte desse valor sequer sai dos cofres da prefeitura, sendo desembolsada pelo setor privado.

Mas tem mais nessa falsa matemática que sustenta uma falsa dicotomia. A prefeitura esquece de mencionar o retor-

no financeiro que o carnaval traz para o município. De acordo com dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas e reconhecidos pela própria prefeitura, o carnaval movimentou aproximadamente R\$ 4 bilhões na economia da cidade. Além disso, cerca de R\$ 77 milhões retornam para os cofres públicos só por meio de um único imposto municipal.

Ou seja, o carnaval não é um problema para as finanças públicas do Rio. Muito pelo contrário. O carnaval deve ser encarado como uma oportunidade para o município sair da crise em que se encontra.

A verdade é que, ainda que não houvesse um centavo de retorno aos cofres públicos, o carnaval não pode ser encarado como um mero evento que apenas gera custos para a cidade. Carnaval é um patrimônio cultural absolutamente embrenhado na história do Rio, a passada e a presente. Trata-se de um direito de todo carioca. E a prefeitura tem a obrigação de garantir esse direito.

Há três anos, a Comissão Especial do Carnaval se reúne com ligas, blocos, escolas de samba, foliões e pesquisadores para diagnosticar os principais desafios do carnaval carioca. O objetivo é sugerir propostas de políticas públicas para a defesa, promoção e garantia do direito ao carnaval.

Sem a pretensão de dar conta de todos os aspectos que envolvem a maior manifestação cultural da cidade, este relatório aborda tópicos sobre o carnaval de rua (dos blocos) e o das avenidas (das escolas). Ele se divide em duas partes. Em cada uma delas, há uma entrevista com opiniões pessoais de especialistas e pequenos capítulos que encerram com recomendações feitas à prefeitura do Rio de Janeiro. De forma introdutória, apresentamos um artigo escrito pelo jornalista e pesquisador de cultura popular Fábio Fabato. No final, encerramos com um artigo redigido pelo historiador e amante do carnaval Luiz Antônio Simas.

ABRE ALAS

Deixem-nos
tocar o nosso
tamborim!

FÁBIO
FABATO

Guri ainda – e é de guri que se aprende a senti-lo, antes até de amá-lo – senti que o carnaval trazia indissociável relação com a rua. Era 1989, ano em que o país voltaria às urnas, após mais de duas décadas de sequestro de suas quimeras. Mãos dadas com meu pai, danei de catar confetes entre os arrepiados paralelepípedos da cidade, guardando os pedacinhos de papel nos bolsos. Tinha seis carnavais apenas. Ele sorriu e me perguntou que diabos eu planejava com aquela pitoresca coleta. A resposta foi rápida, sem pensata elaborada, apenas um moleque embebido em festa para fraquejar as bases de um adulto: “estou guardando um pouquinho da rua para sempre comigo”. Ora, o que é sagrado, profano, sincrético, encruza e cruza de África e Portugal, nos encontros e desencontros de nossa agridoce poesia, deu em folia, esta Saturnália brazuca de identidade e economia, que diz tanto de peles e almas. Mas, antes de tudo, o carnaval é um filho (da gema) de uma disputa.

Não, não a batalha que termina com o sonhado “dez, nota dez”, ou em décimos perdidos na carona do vozeirão de Perlingeiro, no ensopar da quarta derradeira. Ele é fruto, desde os primórdios, das tensões que envolvem a ocupação de espaço público (aquele mesmo onde repousam os confetes coloridos da memória) e da sanha domesticadora das elites. O enlace do Jogo do Bicho com o samba, por exemplo, emerge do conflito na rua e pela rua. Marginalizados, ambos encontraram no abraço sincero ou interesseiro uma forma de sobrevivência à atmosfera de repressão que vinha de cima. Por vezes, partindo para o pau. Noutras, em afagos de mutualismo descarado. Assim, decolaram.

Ora, as agremiações nasceram, fundamentalmente, em áreas periféricas e, ocupadas por “benfeitores”, se permitiram a relação de troca em meio ao voo em cego dos mistérios de existir. Não à toa o porquê de perdurarem, a despeito de titubeios aqui e acolá. Nesse mesmo passo a passo no compasso, a contravenção amealhou moeda-prestígio, garantida em status e cifras.

Mas o papo aqui são os passeios públicos dos confetes e serpentinas, e o quanto o fomento à sua ocupação com festa representa a própria revolução social que não ensinam

nos colégios. Bem, escolas de samba ou blocos – grosso modo – trazem a lógica processional católica (sujeitos em cortejo, munidos de alguma espécie de elemento visual icônico – bandeira, estandarte) – mas a música é preta, batuque para o santo, evocando entidades que a África pariu, ou aquelas que nem mesmo conheceu, netas e bisnetas suas nascidas por cá. E é este estado de nudez da cultura popular o ninho para chocar o ódio das oligarquias, com seus donos brancos que demarcaram a terra secularmente sugada, vaca profana de tetas abertas desde a cobiça dos navegantes das primeiras epopeias oceano adentro.

A folia é a própria antítese das capitânias, já que arranca as cercas do chão dividido para poucos donos e permite – delírio por Constituição – irromper regras históricas. E liberdade, ah, a liberdade incomoda pastores, juízes, capitães (do mato), sobretudo, quando vestem as faixas e vidram os olhos. E tome de pedagogia de massa a partir dos aparelhos estatais repressores, voltados à demonização das diferenças e de artistas, estes massacrados como bandidos ideológicos que devem se curvar a instituições, aurea mediocritas da caneta. O poder é preconceituoso, quarado, acaju, fala alto por cima e bica a canela por baixo.

Fato é que a ânsia por limitar os destinos de carnes pretas não permitiu o conhecimento geral sobre o impacto do investimento público em carnaval. Talvez, sequer saibam a joia rara que manipulam sem lapidar: são quase R\$ 4 bi (dados da Riotur) movimentados, anualmente, na cidade. O delírio de virarmos uma Suécia tropical é tangível, justamente, nos famosos quatro dias de Momo – há renda extra, amor livre, os índices de violência diminuem. Um divã coletivo que dialoga com o nosso DNA e no qual processamos – armados de farra, não nos esqueçamos – as questões mais sensíveis para, ufa!, encararmos a dor e delícia de mais 360 rotações. Quer flerte maior com a própria visão, vá lá, ocidental de desenvolvimento? E um bem-estar social à brasileira, vejam só!, singularidade do torrão-manancial que insiste em dar de ombros para o seu eu-lírico e miscigenado.

“(...) O Rio toma forma de sambista. É puro carnaval, loucura mansa, a reboar no canto de mil bocas, de dez mil, de trinta mil, de cem mil bocas, no ritual de entrega a um deus

amigo, deus veloz que passa e deixa rastro de música no espaço para o resto do ano”. O poeta Drummond, rei da praia de Copacabana e das nossas emoções – sazonalmente alvejado por vândalos ali na orla – sempre teve razão. Estranho seria se o Rio não tirasse do armário a velha fantasia de todo Verão, nem decretasse em todas as direções que o seu melhor estado é o de carnaval. Esquerda festiva com gosto, assumo, e assim espero as futuras linhas de meu epitáfio: “aqui, jaz um sujeito que tinha orgulho de ser representante da Confraria da Esquerda Festiva. Revolucionário de pluma e batuque, pois”.

Em cada bar, esquina, beco e viela da metrópole-balneário encalorada, os baticuns são convidativos. Mais ainda: imperativos. Somos América austral menina, tupis, bantos, ibéricos, inigualáveis na experimentação de cantar para subir com as dores da escravidão, por intermédio da festa. Seiva, sangue e suor que escorrem de veias abertas, cacos, fractais, flores. E confetes, muitos confetes. Para brincar e até guardar nos bolsos da velha infância...

Enquanto nossos museus inda pegam fogo, que os fluidos subam e se espalhem, despertando do sono o menino adolescente que canta de galo por ser gigante pela própria natureza. Afinal, qual mistério tem a terra desigual que, pesares à parte, goza estrelas enquanto se entorpece de gente na dureza da vida? O carnaval é memória, alforria de corpos e pés de vento, a percussão concede a graça do encontro e da conexão ancestral.

Abram a porta, ouçam o barulho que vem de fora, sintam o poder incendiário da criação livre: deixem-nos tocar o nosso tamborim!

CAR
NA
VAL

DE
RUA

**“Não põe corda no meu bloco
Nem vem com teu carro-chefe
Não dá ordem ao pessoal”**

João Bosco e Aldir Blanc

ENTREVISTA

Carnaval é
cultura, cultura
é direito e é
papel do estado
a sua garantia

**MARINA
FRYDBERG**

Professora do Departamento de Arte da Universidade
Federal Fluminense, no curso de Produção Cultural e no
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades

Qual a relação do carnaval de rua e a cidade?

A relação entre carnaval de rua e a cidade pode ser pensada a partir de dois aspectos. O primeiro é a territorialidade dos blocos, o carnaval de rua carioca é territorializado. Um bloco criado e que sai em Santa Teresa perderia toda sua característica se saísse em outro lugar, por exemplo. As marcas identitárias dos blocos são, assim, construídas a partir da relação dos blocos, dos foliões e de determinados territórios da cidade que são ressignificados no período da festa. Podemos pensar o carnaval e a cidade a partir de um segundo aspecto. O carnaval dos blocos de rua só acontece a partir da ocupação do espaço público, da possibilidade de ressignificação do tempo e do espaço do cotidiano da cidade durante a festa carnavalesca. O carnaval dos blocos não poderia acontecer em outro lugar que não a rua. Foi na rua que os blocos surgiram e continuam a surgir, tanto no início do século XX, quanto nos dois grandes momentos posteriores de criação de blocos, na década de 1980 e no início dos anos 2000. E é somente na rua que ele pode permanecer acontecendo respeitando sua dinâmica e sua identidade. O carnaval dos blocos de rua é a tomada política da cidade pela festa e a possibilidade de mudança política da cidade pela festa.

Nos últimos dez anos, o carnaval de rua tem sido pensado na lógica da Parceira Público-Privada, com a administração da empresa Dream Factory. Qual o efeito desse modelo para a relação do carnaval com a cidade?

A parceria público-privada representa a institucionalização por parte do poder público de uma mercantilização da festa, ou seja, a festa passa a ser pensada como produto passível de ser vendido, sem a preservação da sua identidade e dentro de uma lógica de mercado. A mercantilização da festa vai ao encontro de uma visão também mercantilizada de cidade, também tratada como produto e colocada a venda nos últimos anos pelo poder público municipal. Assim o carnaval passa a ser pensado exclusivamente através do seu potencial turístico, das suas possibilidades comerciais, desconsiderando seu valor simbólico para a população que efetivamente organiza e vivencia a festa.

De que modo a necessidade de autorização afeta a espontaneidade e tradição dos blocos de carnaval?

A festa nunca é espontânea, ela sempre tem um nível de organização e planejamento. No entanto, a necessidade de autorização da festa gerou uma burocratização da mesma e com ela uma necessidade de domínio de todo um repertório legal e burocrático por parte dos blocos e de seus organizadores, o que, conseqüentemente, exclui aqueles que não o dominam. A burocratização da festa não respeita a forma como o carnaval dos blocos de rua veio sendo construído na história, não possibilita reconfigurações na sua prática durante a festa, ou seja, desconsidera a defendida "espontaneidade" como valor identitário do carnaval de rua carioca.

Na sua visão, quais medidas foram tomadas para incentivo do carnaval de rua? Elas são eficientes para a promoção da democratização dos blocos?

A atual gestão incentivou pouco o carnaval dos blocos de rua. No entanto o carnaval de rua vem se consolidando enquanto manifestação popular independente do poder público. O carnaval dos blocos de rua passa a ser, assim como em outros tempos, resistência política pelo direito a festa de forma específica e de forma mais ampla pelo direito à cultura. Em tempo de desmonte político da cultura, manifestações populares que acontecem independente do estado, são ações políticas potentes. Quanto a democratização da festa embora o carnaval dos blocos de rua não cobre para que os foliões possam participar, há uma série de fronteiras simbólicas que impedem que a população como um todo participe da mesma forma do carnaval. A cidade de maneira geral não é acessível do mesmo modo para diferentes corpos. O corpo do homem cis, branco e hétero tem direito de circular e de estar na cidade muito mais tranquilamente que outros corpos durante todo o ano e também no carnaval. Assim, pensar em democratização dos blocos é lutar pela garantia, por parte do estado e da sociedade como um todo, de que outros corpos tenham o direito de circular e de estar na cidade com segurança durante a festa e, também, durante os outros dias do ano.

Temos vistos a crescente repressão aos blocos não-oficiais e ao comércio ambulante. Você pode comentar um pouco sobre os motivos dessa repressão?

Primero é importante salientar que para que a parceria público-privada funcione, tendo uma grande cervejaria como patrocinadora master, é necessário, segundo a lógica imposta, que o comércio não autorizado previamente seja reprimido. Não é interessante que haja disputa comercial entre os ambulantes credenciados e os não credenciados pra venda de bebida, o que reduz o lucro do patrocinador master com o carnaval. Os ambulantes não credenciado representam, no modelo de organização atual do carnaval, o comércio fora da ordenação da festa. Além disso, é preciso explicitar que as políticas de repressão aos ambulantes no carnaval de rua tem as políticas de segurança do estado como referência, ou seja, é o preto, pobre e periférico aquele que irá sentir com mais força a repressão violenta do estado ao seu comércio não formalizado. Quanto aos blocos não-oficiais a repressão se dá primeiro porque assim como os ambulantes não credenciados eles representam o não respeito à lógica da gestão da festa imposta pela prefeitura. Mas os blocos não-oficiais são, na sua maioria, blocos com pautas políticas e identitárias claras, sejam blocos LGBTQI+, blocos feministas e/ou blocos que defendem o direito de ocupação do espaço público de forma mais livre e desordenada, que entendem o carnaval de rua como espaço privilegiado de visibilidade identitária e de disputa de narrativa. Assim, a repressão aos blocos não-oficiais pode representar também uma política de restrição da diversidade e da diferença.

Muitos blocos têm enfrentado dificuldades para a realização de seu desfile devido a falta de recursos. O que o Poder Público poderia fazer para preservar os blocos tradicionais?

A questão central sobre o investimento público na festa é o estado passar a compreender o carnaval como manifestação cultural importante para a formação da identidade carioca e, principalmente, fundamental na construção de subjetividades de um número expressivo de pessoas que vivem e organizam a festa. É pensar o carnaval no campo

da cultura e entender o papel do estado na promoção, incluindo o financiamento, da festa carnavalesca. Carnaval é cultura, cultura é direito e é papel do estado a sua garantia.

Qual o impacto do carnaval de rua para economia da cidade?

O impacto econômico do carnaval de maneira geral, incluindo os blocos e as escolas de samba, é expressivo e reconhecido pela própria Riotur. No entanto pensar uma economia da festa a partir do carnaval dos blocos de rua significa pensar na sua importância como espaço de trocas econômicas mercantis, mas também com espaço de trocas simbólicas. As festas populares são espaços privilegiados de trocas econômicas, políticas, sociais, simbólicas e afetivas. Levar em consideração somente as trocas econômicas significa reduzir o potencial da festa e desconsiderar múltiplos significados construídos pelos diferentes sujeitos envolvidos na organização e na experiência da festa carnavalesca.

Quais são os principais desafios para o Carnaval do ano que vem?

Em um panorama cada vez mais conservador nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal) em oposição a uma crescente politização dos blocos de carnaval de rua, que vem entendendo o carnaval como um espaço de disputa política, o grande desafio será a preservação do direito à festa livre como direito de ocupação da cidade e direito cultural.

Nos últimos 20 anos houve uma grande explosão de blocos de carnaval na cidade do Rio de Janeiro. Como se deu essa retomada do carnaval de rua?

Acredito que o crescimento do carnaval dos blocos a partir dos anos 2000 tem relação com uma redescoberta da cidade como espaço de festa e de sociabilidade, principalmente pelos jovens. Junto a isso temos a criação de novos modelos de blocos que tem o foco não só no carnaval em si, mas na possibilidade de desdobramentos para além do período da festa através, principalmente, de oficinas que formam pessoas especializadas para tocar no carnaval e disseminam um gosto específico por esta manifestação cultural.

Também é preciso pensar que as novas configurações musicais dos blocos, misturando diferentes gêneros musicais e possibilitando blocos temáticos, auxiliou no aumento do número de blocos e também de público no carnaval de rua carioca. No entanto vale ressaltar que após as manifestações de junho de 2013 a possibilidade de ocupar a rua com blocos de rua ganhou ainda mais significado para uma parcela da população, passando a ser pensado como possibilidade de luta política.

No último período houve um crescimento exponencial de manifestações de ódio e intolerância à diferença nas ruas do Rio de Janeiro. Qual o papel do carnaval de rua na luta pelo direito à cidade em tempos de ascensão do fascismo?

Neste momento conservador em que vivemos o carnaval de rua passou a ter uma importância ainda mais fundamental como arena de disputas políticas e sociais. Observa-se uma crescente politização das pautas dos blocos, que passaram a lutar, por exemplo, por direitos das mulheres e LGBTQI+. Direitos estes que vem sendo questionados e atacados nos últimos tempos. Em um contexto de cerceamento das liberdades a manutenção de um carnaval político, engajado e reflexivo passa a ser de fundamental importância tanto como visibilidade destas pautas como forma de disputa por estas narrativas. O carnaval de rua precisa garantir seu espaço de existência para que possa permanecer lutando por direitos e por outras formas de ser e estar na cidade.

**MONOPÓLIO
DA RUA**

Mercado tem a chave da cidade

Já é tradição. Depois da coroação das majestades carnavalescas, todo ano o Prefeito entrega a “chave” da cidade ao Rei Momo. Simbolicamente, a cidade passa a ser administrada pela folia, por colombinas, arlequins e pierrôs.

Contudo, desde seu primeiro ano de gestão, o atual prefeito da cidade mostrou não gostar da brincadeira. Nunca entregou a chave da cidade para o Rei Momo comandar a cidade durante o período carnavalesco. Mas engana-se quem acha que a “chave” continuou nas mãos do prefeito. Já faz tempo que, neste íterim do carnaval, a cidade é entregue ao comando do mercado. Mais especificamente de duas empresas: Dream Factory e Ambev.

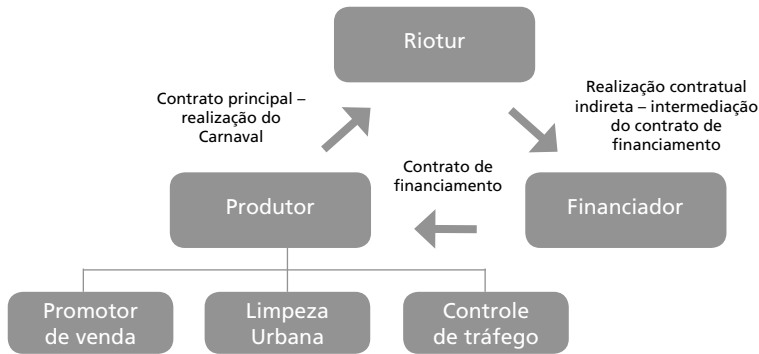
O tema não é novo. Há dez anos a prefeitura adota uma lógica empresarial para a gestão da maior manifestação popular da cidade e uma das maiores do país. Carnaval de rua deixou de ser tratado como direito cultural e passou a ser visto como mero produto a ser vendido no mercado. Mas a atual gestão da prefeitura parece ter aprofundado essa lógica.

Desde o primeiro ano desta Comissão, analisamos os problemas e questões presentes no modelo de parceria público-privada adotado para o carnaval de rua. O processo de escolha das empresas, os papéis desempenhados pelas mesmas e os critérios adotados para a definição da infraestrutura necessária para o carnaval são alguns dos pontos que foram examinados nos três anos de atuação desta Comissão.

Triangulação

A estrutura pensada para o carnaval de rua continua quase a mesma desde 2009, quando este formato foi implementado pela primeira vez pela gestão do então prefeito Eduardo Paes. A prefeitura – representada pela Riotur – desempenha o papel de realizadora do carnaval de rua e lança edital para empresas que se interessem em assumir a produção do evento (produtor) e o pagamento da estrutura da produção (financiador):

Arranjo contratual/estrutural - Carnaval de Rua Oficial



Fonte: Dissertação “Quando o Carnaval encontra a cidade – disputas, conflitos e resistências no Rio de Janeiro” – MACHADO, Fernanda Amim Sampaio – Defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/ UFRJ em Junho/2017.

Em poucas palavras, esse esquema contratual feito para o carnaval de rua acontece da seguinte forma: a prefeitura lista uma série de serviços necessários para a realização do carnaval de rua (banheiros químicos, controle de trânsito, atendimento médico, etc.) e as empresas interessadas assumem essas obrigações. A empresa produtora interessada deve apresentar um projeto que atenda a lista definida pela prefeitura, junto com uma carta da empresa financiadora, responsável por arcar com o custo da infraestrutura. A contrapartida oferecida pela prefeitura é a exposição da marca da financiadora.

Apesar de não ficar claro qual a contrapartida oferecida para a empresa produtora, o modelo de negócio do carnaval de rua deve ser interessante já que a mesma empresa ganha o edital há uma década. Aliás, com exceção do ano de 2010, em todos os anos a única proponente das licitações para o posto de produtor foi a empresa Dream Factory, conhecida pela onipresença em eventos da cidade, como “Rock in Rio”, “Maratona do Rio”, “Rio Gastronomia” e “Roda Skol”.

Falta transparência. E banheiro, estrutura, postos médicos...

A pouca transparência sobre qual é exatamente o tipo de relação entre as figuras do “realizador”, “produtor” e “financiador” foi agravada pela falta de transparência do processo em si na gestão atual, a começar pela falta de respostas e documentos solicitados por esta Comissão. Antes realizado anualmente, o caderno de encargos para o carnaval de rua ganhou novos contornos em 2017. Entre as novidades, havia a previsão de a empresa produtora poder firmar contrato não só para o carnaval de 2018, mas também para o de 2019 e 2020. A Dream Factory, que firmava contrato anual com a prefeitura, agora detém o direito de exploração do carnaval de rua até 2020, junto com a Ambev, sua financiadora.

Em uma pesquisa realizada no Diário Oficial do Município, esta Comissão identificou a publicação de dois cadernos de encargos para o carnaval do rio de 2018, com prazos distintos. Apesar disso, só um deles foi disponibilizado pela prefeitura. Outra novidade foi um segundo edital público feito pela prefeitura para o patrocínio do carnaval, o que ensejou um contrato direto entre prefeitura e empresa financiadora, sem a intermediação da empresa produtora. Com uma proposta de patrocínio de R\$ 8,1 milhões, a Ambev também ganhou este edital.

Os problemas identificados nos outros anos de trabalho desta Comissão, infelizmente, persistem. A forma genérica como a instalação de banheiros químicos é cobrada, por exemplo, segue igual. Desde 2014, a prefeitura não inclui nas exigências os lugares por onde os banheiros devem ser distribuídos nos períodos do pré-carnaval e do carnaval. Atualmente, a prefeitura cobra apenas a quantidade mínima de banheiros que devem ser disponibilizados e que a produtora informe onde eles serão instalados. A Riotur se limita a aprovar o plano que a empresa apresenta, e não mais a determiná-lo conforme as necessidades da cidade.

Outra questão envolve a infraestrutura médica de atendimento. No relatório de 2017 desta Comissão, denuncia-

mos a centralidade territorial das obrigações da empresa, sendo exigida a instalação de postos médicos somente nos bairros do Centro, Ipanema/Leblon e Copacabana. No último edital, a previsão sobre instalação de postos médicos foi alterada. Agora não há mais a determinação de locais no caderno de encargos, que apenas indica que eles serão definidos posteriormente pela prefeitura. Contudo, o número de postos foi reduzido de sete para apenas cinco. Por outro lado, houve um aumento do número de UTIs móveis exigidas das empresas, mas sem definição de onde devem estar. Neste caso não há menção sobre quem escolherá os locais nem como isso será feito.

As obscuridades que ainda pairam sobre essa relação produtor/financiador/prefeitura limitam nossa capacidade de verificar se as exigências foram cumpridas pelas empresas, seja pela nebulosidade dos critérios adotados pela prefeitura ou pela dificuldade no acesso aos documentos. Apesar de ter solicitado cópia integral da prestação de contas relativas aos carnavais de rua de 2009 a 2019, esta Comissão só recebeu a do carnaval de 2019.

Ainda que a lista de obrigações da empresa produtora tenha mais de dez pontos distintos, a prestação de contas apresentada pela prefeitura diz respeito a apenas duas obrigações assumidas pela Dream Factory: formulação de um plano de mídia e patrocínio de blocos. Pelo que consta das cópias enviadas pela Riotur, a prefeitura não exigiu a comprovação de que a empresa teria cumprido com o número mínimo de banheiros químicos, UTIs móveis, instalação de postos médicos, equipamento para sinalização de trânsito, ou qualquer outra exigência essencial para alcançar o real objetivo do contrato: organização e infraestrutura para o melhor funcionamento do carnaval e da cidade nesse período.

**BLOCO DA
BUROCRACIA**

Folião não é empresa de evento

Sob a justificativa da “organização dos desfiles de modo que as manifestações espontâneas se desenvolvam de forma ordeira”, os blocos de carnaval foram submetidos ao crivo de uma comissão de avaliação responsável por deferir ou indeferir cortejos. Desde 2010, a prefeitura exige dos blocos um procedimento de prévia autorização, condicionando a espontaneidade do carnaval de rua à Riotur, empresa pública mais voltada para promover e estruturar o turismo do que para formular e garantir uma política cultural.

Todo ano, os blocos devem se inscrever no processo de autorização dando informações como data do desfile, traje, estimativa de público, horário e pessoal responsável. São esses dados que serão analisados para uma comissão julgadora definir se o bloco pode seguir no processo autorizativo ou não. Se autorizado nessa fase preliminar, os blocos recebem uma lista de documentos que deverão apresentar para obter a autorização definitiva de seu desfile. Começa, então, uma maratona burocrática em diversos órgãos como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ecad, Polícia Civil e Coordenação de Licenciamento e Fiscalização – CLF.

Blocos de carnaval são feitos por foliões e não por produtores de eventos profissionais. Ou seja, eles não são amparados por assessoria acostumada a lidar com tantos requisitos legais e trâmites burocráticos. As dificuldades enfrentadas pelos organizadores de blocos são comprovadas pelos diversos relatos acumulados em reuniões e audiências organizados por esta Comissão.

Bloco bloqueado e ninguém sabe por que

Mas, além da dificuldade de entender o trâmite, onde e como buscar os documentos necessários, os relatos apontam mais uma vez para a falta de transparência do processo de autorização. Muitos são os blocos que relatam ter tido seu desfile indeferido pela prefeitura sem que sequer houvesse justificativa para a decisão.

O decreto nº 37.182/2013, que cria a “Comissão Especial de Avaliação de Blocos de Rua”, dispõe sobre uma série de critérios que devem ser considerados na avaliação para o deferimento ou não de um desfile de bloco. O primeiro critério listado é a tradição do bloco, de forma a considerar a sua relação com o bairro e suas particularidades. Mas, na prática, a teoria é outra. Esta Comissão Especial de Carnaval recebeu diversos relatos de blocos com mais de uma década de existência, com data, horário e local já conhecidos há anos, que tiveram seus processos indeferidos por problemas burocráticos no processo ou sob a vaga justificativa de indeferimento “por questões de logística”.

Vale destacar que os critérios de tradição carnavalesca são avaliados pela prefeitura por uma comissão que não tem em sua composição nenhum membro com efetiva relação com o carnaval. Apesar de o decreto prever a – ínfima – representatividade de blocos e bandas de carnaval na Comissão de Avaliação (duas entidades), desde 2017 essas cadeiras não são ocupadas por quem efetivamente faz o carnaval.

Chama o VAR!

Há ainda diversos relatos sobre a alteração das regras no meio do jogo. No início deste ano, faltando poucas semanas para o carnaval, os blocos se depararam com prazos menores e súbitas exigências, como a de locação de UTI móvel, autorização dos Bombeiros e Polícia Militar, entre outras. O Decreto Estadual nº 45.553/2016, que isenta blocos sem estrutura de palco ou carro de som de passar pelo processo autorizativo de órgãos de segurança, ajudou a resolver parte do problema. Ainda assim, até hoje representantes de ligas e blocos têm acompanhado com atenção o desenrolar das autorizações junto às autoridades na tentativa de melhorar o processo.

Um dos pontos destacados nas reuniões realizadas por esta Comissão Especial de Carnaval foi a forma como são divulgados os blocos autorizados no material oficial da prefeitura, do patrocinador e produtor. A ampla divulgação em material publicitário, aplicativos e sites oficiais faz com que

pequenos blocos, voltados para sua própria vizinhança de bairro, ganhem novas proporções e mudem significativamente seu público sem ter, necessariamente, como absorvê-lo.

Além disso, o aumento do público traz maiores exigências para o processo autorizativo do ano seguinte. Isso porque o número de exigências e documentos varia conforme a expectativa de público, aumentando também burocracias e custos.

Organizar em vez de cortar

O que parece é que a prefeitura tem jogado contra o carnaval. Mudam as regras, exigem mais documentos, interferem na duração do bloco, no horário do seu desfile ou até no local onde ele deve acontecer. Parte disso se deve a total ausência de diálogo efetivo com os atores que realizam a festa. Ao invés de participarem da organização, os blocos são destituídos de espaços reais de fala nos processos de decisão sobre o carnaval. Mas há também a declarada intenção de restringir o tamanho de nosso carnaval.

Enquanto cidades – que até pouco tempo não tinham tradição no carnaval de rua – como São Paulo, apostam e incentivam o aumento de número de blocos e desfiles em seus municípios, o Rio de Janeiro, cuja própria história se mistura com a do carnaval, tem uma gestão que declaradamente aposta e toma medidas para diminuir os desfiles na cidade. Um desses indicativos consta no último caderno de encargos de carnaval de rua, lançado pela prefeitura em 2017, onde consta uma estimativa de 600 desfiles, 100 a menos que nos anos anteriores.

Os números de blocos autorizados na atual gestão mostram bem a intenção de encolher o tamanho do carnaval de rua. Em 2018 foram 608 blocos autorizados em toda a cidade do Rio de Janeiro. Para 2019, no entanto, foram autorizados 498 desfiles. Analisando o processo de autorização para o car-

naval de 2020, tudo indica que os cortes vão continuar sendo feitos. Segundo informações dadas pela Riotur em debate público realizado na Câmara Municipal, dos 731 blocos inscritos no processo de autorização, aproximadamente 140 tiveram a autorização indeferida logo na fase preliminar. Vale lembrar que a prefeitura, em agosto deste ano, já havia anunciado sua intenção de reduzir o número de blocos de rua em 20 a 30%, pelo segundo ano consecutivo.

Em síntese, a prefeitura tem utilizado de regulamentações – editadas supostamente para organizar a cidade no período do carnaval – para justificar seu objetivo declarado de anualmente reduzir o número de blocos. Isso tem impacto direto nas características próprias do carnaval e na sua relação com a cidade. Ao mesmo tempo que blocos tradicionais, com décadas de existência, estão sendo impedidos de desfilar, a tendência de não autorizar novos blocos, vai minando a espontaneidade e a criatividade do carnaval de rua carioca. Importante destacar também que a medida ajuda no inchaço dos blocos autorizados e na concentração territorial do carnaval.

Ao poder público cabe garantir que o carnaval seja feito de forma a conviver com outras demandas da cidade, sem que isso signifique descaracterizar a manifestação nem retirar direitos. A espontaneidade dos blocos não pode ser sufocada e a tradição das agremiações deve ser estimulada. São esses os princípios que deveriam reger a política cultural ligada à ocupação das ruas. Uma festa secular não pode ser encarada como um imenso show patrocinado.

**QUEM FAZ A
FESTA FICA
DE FORA**

Uns com tanto, outros tantos com algum

O carnaval de rua do Rio de Janeiro encarna momentos de reapropriação da cidade pela população. É a época do ano em que foliões tomam conta da cidade, munidos de criatividade, cores e espontaneidade. É durante o período do carnaval que músicos (profissionais ou não), pernaltas, vendedores ambulantes e a irreverência dos presentes se encontram numa catarse coletiva. Sem esses atores, não há carnaval de rua.

O que a prefeitura agora vende como produto para as empresas em seus cadernos de encargos não existiria sem a música dos blocos arrastando multidões pelas ruas, sem o camelô dando o combustível para o cortejo seguir no calor do verão ou sem os foliões mais apaixonados organizando os desfiles de seus blocos com meses de antecedência. Sem eles, não teríamos o carnaval de rua que hoje é utilizado pela prefeitura como atrativo turístico e comercial na busca pelo investimento privado na festa.

As cifras do mundo do carnaval são altas. Estudos mostram que o carnaval movimenta bilhões para economia da cidade. Isso retorna em dezenas de milhões para os cofres públicos municipais em impostos. Para o mercado privado, o negócio também fica nas cifras milionárias, seja no investimento feito ou no retorno para sua marca e vendas dos seus produtos.

Mas nessa lógica de mercantilização do carnaval de rua, quem faz a festa acontecer não é considerado. Excluídos dos ambientes em que as decisões sobre a sua festa são tomadas, quem efetivamente produz o carnaval de rua não recebe qualquer incentivo do poder público. Pelo contrário. Têm direitos sistematicamente violados e são submetidos às exigências de quem passou a mandar na festa: grandes corporações empresariais.

Patrocínio em dinheiro para apenas 6.42% dos blocos

Quem olha o bloco passar não imagina os custos envolvidos no processo. De bebidas para os músicos seguirem o cortejo à estrutura de som necessária em blocos maiores, foliões sempre usaram da sua criatividade para levantar fundos necessários para colocar o bloco na rua. Mas o processo de autorização exigido pela prefeitura fez com que esse custo aumentasse. Pagamento de taxas, emissão de documentos técnicos, idas e vindas aos mais variados órgãos para o cumprimento de exigências em um processo moroso e burocrático de autorização. Todo esse processo fez com que só a criatividade e vontade não fossem suficientes, principalmente para blocos maiores que dependem de estrutura.

Isso não é novidade. Em 2016, mais de vinte blocos autorizados pela prefeitura cancelaram seus desfiles por não conseguirem a verba necessária para a contratação de seguranças, carro de som, agentes de trânsito, entre outras infraestruturas necessárias e exigidas dos produtores por lei.

Há anos, diversas ligas reivindicam junto ao poder público que haja uma revisão no modelo de financiamento, de modo a contemplar quem de fato faz o carnaval de rua acontecer. A resposta veio com uma mudança no caderno de encargos para o carnaval de rua, lançado em 2017. Nele, a empresa produtora do carnaval assumiria a obrigação de designar R\$ 2 milhões aos blocos oficiais de rua.

Pela primeira vez em quase uma década de existência, a política da prefeitura pensada para o carnaval de rua chegava aos blocos de carnaval. Mas o caderno de encargos não falava quais blocos seriam beneficiados ou quais critérios seriam adotados para a divisão desse dinheiro. Apesar de possuir uma comissão de avaliação do carnaval de rua, a prefeitura optou por deixar na mão da empresa produtora a decisão de quem deveria receber o investimento ou não.

Dos 498 blocos autorizados para o carnaval de 2019, apenas 175 foram escolhidos pela Dream Factory para receber o

financiamento previsto no caderno de encargos. Mas um olhar mais detido sobre essa divisão mostra que a quantidade de bloco que recebeu ajuda efetiva de custo é ainda menor. Apenas 6,42% do total de blocos efetivamente receberam patrocínio em dinheiro.

A tabela apresentada pela empresa, na prestação de contas, mostra que o apoio dado aos blocos foi dividido de duas formas: 1) dinheiro 2) produtos da marca patrocinadora. Foram investidos pela empresa produtora R\$ 1.998.849,09 em dinheiro e R\$ 200.822,80 em produtos, totalizando R\$ 2.199.671,89. Do total da lista de 175 blocos patrocinados, apenas 32 blocos tiveram o apoio em dinheiro. Os outros 143 blocos só receberam “patrocínio” com produtos da marca patrocinadora do carnaval.

Ou seja, o montante total de patrocínio em dinheiro declarado pela Dream Factory, ficou concentrado nas mãos de apenas 32 blocos, o que corresponde a 6,42% do número de blocos autorizados.

Chama atenção também a concentração territorial na definição do patrocínio em dinheiro. Dos 32 blocos escolhidos pela Dream Factory, mais de 62% desfilam em bairros da Zona Sul da cidade. O restante fica restrito ao eixo Centro-Lapa, com exceção de um que desfila em Paquetá.

Ao deixar a decisão sobre a destinação de patrocínio nas mãos das empresas participantes, a prefeitura mostra mais uma vez não estar preocupada com os rumos do carnaval. A falta de critérios para a destinação da verba faz com que as empresas decidam pela aplicação nos blocos que trouxerem maior retorno para sua marca. Trata-se de uma lógica de investimento de marketing do mercado privado e não uma política de incentivo que vise preservar o carnaval como a manifestação democrática, tradicional e diversa que ele sempre foi.

Prefeitura faz contrato, quem banca são os blocos

Além do montante destinado ao patrocínio em dinheiro ter sido distribuído a apenas 6,42% dos blocos autorizados, a lógica da política adotada pela prefeitura para o carnaval

de rua ainda limita os blocos de obterem, por conta própria, patrocínios diretos de empresas interessadas.

O modelo de parceria público-privado (PPP) tem como base a ideia de que a empresa assumirá os encargos do carnaval, tendo como contrapartida a divulgação da marca de seus financiadores/patrocinadores. Para isso, a prefeitura assume um papel de fiscalização para garantir que as únicas marcas expostas no carnaval de rua serão as que estejam nessa relação contratual.

Assim, desde 2010, os blocos têm obrigação de informar no processo de inscrição sobre eventuais patrocínios que tenham, para fins de "regularização junto à Coordenação de Licenciamento e Fiscalização". Na prática, os blocos não podem obter patrocínio de empresas que prestem serviços ou produtos concorrentes das financiadoras oficiais do carnaval.

Ou seja, apesar de não fazerem parte da negociação e nem receberem patrocínio direto das empresas financiadoras, os blocos são proibidos de obterem seus próprios patrocínios por uma obrigação contraída exclusivamente pela prefeitura. Em um paralelo com os campeonatos profissionais de futebol, seria o mesmo que proibir os times de futebol de terem um determinado patrocinador somente porque o estádio onde será realizada a partida possui outro patrocínio que é seu concorrente.

A lógica construída a partir das PPPs e a regulamentação que exige autorização dos blocos atendem somente aos interesses privados e vão contra o real papel que a prefeitura deveria ter: o de garantir o carnaval como direito cultural da cidade. O que acontece na prática é que os blocos são obrigados a obter a autorização para seu desfile e, uma vez autorizados, automaticamente entram no escopo do "carnaval de rua oficial", vendido para as empresas ganhadoras do caderno de encargos. Não é facultado ao bloco a escolha de estar nessa relação contratual ou não.

O carnaval de rua foi transformado em mercadoria pela prefeitura. E quem faz a festa acontecer não recebe nada pela venda.

Camelô virando promotor de venda

A expressão mais evidente dessa apropriação privada do carnaval de rua está na relação entre a empresa financiadora, os trabalhadores ambulantes e o papel fiscalizador desempenhado pela prefeitura. O assunto não é novo. Em todo carnaval vemos o mesmo acontecer: trabalhadores ambulantes – que não têm nenhum vínculo trabalhista, salarial ou contratual com a empresa produtora ou financiadora – são obrigados a seguir normas estabelecidas por elas e a vender os produtos que elas determinam. Os agentes públicos, por outro lado, no lugar de zelarem pela segurança da cidade, passam a exercer o papel de fiscais de venda, reprimindo ambulantes que não agirem como funcionários da produtora ou da financiadora.

Segundo as regras definidas na parceria público-privada, para trabalhar durante o período do carnaval, trabalhadores ambulantes devem passar por cadastramento especial feito pela empresa produtora. Mesmo os trabalhadores ambulantes que possuem autorização da prefeitura para exercerem sua profissão ao longo do ano devem passar por esse processo. O poder de autorização de quem pode ou não trabalhar com o comércio ambulante passa a ser da empresa, e não mais da prefeitura. O camelô se transforma em “promotor de venda”, devendo “atuar, exclusivamente, na promoção da marca habilitada”.

Além disso, chama atenção o papel que órgãos da prefeitura passam a exercer nessa relação realizadora-produtora-financiadora aplicada pelo carnaval de rua. O texto presente nos cadernos de encargos anteriores já indicava que quem antes servia à população carioca passaria a atender as demandas das empresas. Em seu “anexo 1”, o caderno de encargos previa que “a atuação e fiscalização da Coordenação de Controle Urbano (CCU) e Guarda Municipal (GM-RIO)” seria no sentido de fiscalizar e coibir “a utilização de equipamento estranho ao estabelecido (mesmo por promotores credenciados), bem como a utilização de material em locais e horários onde não esteja ocorrendo o desfile de blocos”.

Na atual gestão essa mudança do papel de órgãos municipais virou lei. Em 2018, o prefeito Marcelo Crivella editou decreto que institui a “Macrofunção Carnaval Mais Legal” que articula quatro secretarias da prefeitura, além da Guarda Municipal, Riotur e Comlurb. O objetivo, segundo o próprio texto do decreto, é a atuação desses órgãos para “coibir as práticas irregulares”, “nos espaços utilizados no Carnaval, para prevenir possíveis prejuízos aos patrocinadores”. Para tanto, prevê a fiscalização de ações promocionais e vendas de produtos de marcas concorrentes dos patrocinadores, impondo aos trabalhadores ambulantes e produtores de blocos penas como multas, interdições, apreensão de mercadoria e suspensão de autorização para o carnaval no ano subsequente.

Em outras palavras, o modelo de parceria público-privada transformou a rua em um grande quiosque de vendas exclusivas da marca financiadora, submeteu o ambulante a regras definidas por quem não tem direito de defini-las e transformou agentes de segurança e fiscalização em gerentes de cervejaria que, além de tudo, usam a força para reprimir os trabalhadores e apreender suas mercadorias.

RECOMENDAÇÕES

- Reconhecer o carnaval como manifestação cultural e transferir da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Garantir maior transparência pública às informações, disponibilizando no site da prefeitura, em aba específica, todos os editais, publicações do Diário Oficial, contratos e documentos relacionados com a organização do carnaval;
- Promover a ocupação democrática do espaço público em todas as zonas da cidade durante o carnaval, cabendo ao poder público a responsabilidade de garantir a segurança pública (medidas de prevenção e estratégias de mediação de conflitos), o ordenamento urbano (controle de trânsito e limpeza urbana) e a infraestrutura técnica (instalação e manutenção de banheiros químicos, estrutura médico-hospitalar, programação visual e decoração de logradouros) necessários para a realização do carnaval de rua;
- Investir na construção de banheiros públicos fixos nas principais vias e praças da cidade, promovendo a ocupação dos logradouros públicos para atividades de cultura e lazer, para além do período do carnaval.
- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descen-

tralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

- Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Rua, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre poder público e representantes de blocos de carnaval, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do carnaval de rua e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Garantir a liberdade da folia, proibindo qualquer área VIP ou outra modalidade de restrição que cerceie o acesso dos foliões, só cabendo cordões de isolamento quando for para proteger crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e grávidas, além das pessoas integrantes ou diretamente ligadas à organização do bloco em questão;
- Preservar a espontaneidade do carnaval carioca, garantindo a livre manifestação cultural no espaço público, sem restrições burocráticas, ficando a cargo da prefeitura implementar um método democrático para mediar situações em que seja necessário compatibilizar eventual compartilhamento de espaço entre atividades da mesma natureza no mesmo dia e local;
- Diferenciar as exigências técnicas de segurança para blocos que utilizam de estruturas (como carro alegóricos, sistemas de som e palcos) de acordo com o tamanho do público estimado;
- Preservar a tradição dos blocos respeitando sua história e a sua relação com seus bairros de origem;
- Garantir a estrutura necessária para a realização do tradicional desfile de blocos de carnaval no centro da cidade;
- Facultar ao bloco autorizado a publicação ou não de informações sobre seu desfile nos materiais de divulgação oficial do Carnaval de Rua do Rio, realizado pela Prefeitura, Produtora e Financiadores/Patrocinadores;

- Elaborar uma política de incentivo para blocos e grupos carnavalescos tradicionais, com o objetivo de promover a memória e preservar a história do carnaval de rua do Rio de Janeiro;
- Definir critérios democráticos para a aplicação da verba de patrocínio destinada aos blocos que está prevista no caderno de encargos, garantindo equidade territorial entre os blocos que desfilam nas diferentes áreas de planejamento da cidade;
- Garantir aos blocos a liberdade de obter patrocínio com qualquer empresa de sua escolha, independente de ser ou não concorrente das empresas que firmaram contrato com a prefeitura nos termos do caderno de encargos.
- Garantir aos vendedores ambulantes a liberdade para a comercialização das mercadorias de sua escolha, extinguindo qualquer regra passível de ser interpretada como obrigatoriedade de venda em caráter de exclusividade de mercadoria ligada a determinada marca durante o pré-carnaval, o carnaval e outros grandes eventos;
- Extinguir a necessidade de cadastro prévio por parte de vendedores ambulantes que já possuam autorização da prefeitura para exercer sua profissão na cidade do Rio de Janeiro ao longo do ano, sendo a sua autorização válida para atuação em grandes eventos;
- Democratizar e desburocratizar o processo de cadastramento do comércio ambulante ao longo do ano, dando preferência aos profissionais que exercem com habitualidade a atividade profissional, sendo admitido qualquer tipo de documento para a comprovação da atividade: para facilitar a verificação, parte do cadastramento deverá ser feito in loco através de um mapeamento feito pela prefeitura dos profissionais que já atuam como vendedores ambulantes;

- Promover campanhas educativas, implementar medidas preventivas de segurança e criar redes de apoio, acolhimento e denúncia para garantir um carnaval que valorize a diversidade e defenda a liberdade daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem;
- Garantir a promoção de uma imagem do carnaval que evite a perpetuação de estereótipos que disseminem preconceitos de classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem.

CAR
NA
VAL

DE

AVENIDA

**“Pisa como eu pisei
No chão que me consagrou”**

Beto sem Braço, Aloísio Machado, Zeca Pagodinho

ENTREVISTA

A maior arma
contra o
fascismo é a
difusão do
conhecimento

LEANDRO
VIEIRA

Carnavalesco da Estação Primeira de Mangueira

Nos últimos anos, muitas agremiações organizaram enredos patrocinados por empresas que aproveitaram o carnaval para vender seus produtos. Contudo, desde 2017 a Sapucaí foi tomada por enredos com críticas políticas contundentes. O que mudou?

Com a mudança do cenário econômico nacional, as empresas que antes se interessavam em patrocinar carnavais propagandistas passaram a adotar uma política mais conservadora no que diz respeito aos gastos. Em paralelo, o sucessivo corte de verbas por parte da prefeitura fez com que as agremiações cariocas, antes milionárias, olhassem com mais sensibilidade para artistas não valorizados que produziam carnavais no dito grupo de acesso. Esses artistas, de alguma forma são oriundos, quase que na totalidade, do universo acadêmico. Esta informação, associada à possibilidade desses artistas assumirem carnavais não refêns do patrocínio que outrora dominava a cena carnavalesca explica muito a mudança de rumos dos desfiles a partir da metade da última década.

Qual a relação do Carnaval da Avenida Intendente Magalhães e da Sapucaí com a cidade?

Ambos representam suas comunidades. Independente das diferenças das cifras investidas, tanto na Intendente, quanto na Sapucaí, o que está em jogo é a exibição dos saberes e do protagonismo das comunidades que desfilam.

No último período houve um crescimento exponencial de manifestações de ódio e intolerância à diferença no Rio de Janeiro. Qual o papel do carnaval das escolas de samba na luta pelo direito à cidade em tempos de ascensão do fascismo?

Com os enredos, as Escolas encontram possibilidades de difundirem ideias contra hegemônicas no seio de suas comunidades. No Brasil, a educação é para os privilegiados. Se as agremiações utilizarem com sabedoria o poder de informação que os desfiles podem proporcionar, os grêmios passam a ser então locais de difusão de conhecimento. A maior arma contra o fascismo é a difusão do conhecimento. O fascismo cresce com mais vigor entre os ignorantes.

Qual o papel que o poder público deveria cumprir no Carnaval do Sambódromo? Quais são os principais desafios para democratizar o Carnaval e promover o acesso popular ao Sambódromo?

O carnaval de avenida ainda carece de um estudo profundo que reúna o poder público, os organizadores da festa, a gestão municipal e os artistas que realizavam a atividade carnavalesca. O desfile das Escolas de Samba transformou-se num importante produto disponível nas prateleiras do consumo de entretenimento. Isso não é nem bom, nem mau. É preciso olhar os desfiles em todas as suas possibilidades e compreender que a atividade carnavalesca realizada no Sambódromo está inserida num contexto contemporâneo de apreciação artística. O desafio é esse: entender o papel do carnaval e dos desfiles para a sociedade de agora. Por que fazemos carnaval? Por que as escolas de samba ainda existem? Para que desfilamos?

Qual o papel que o poder público deveria cumprir no Carnaval da Intendente Magalhães? Quais são os principais desafios para democratizar o Carnaval e promover o acesso popular à Avenida Intendente Magalhães?

Por natureza, o carnaval da Intendente é popular. A própria estrutura da festa mostra isso. As escolas de samba que lá desfilam estão mais próximas da origem embrionária daquilo que um dia foram as escolas que hoje desfilam na Sapucaí. A não cobrança de ingresso é um dado importante. Todavia, as dificuldades de realizar o carnaval são gigantescas. Hoje, como profissional de carnaval que já passou por diferentes processos da atividade carnavalesca, acho que fornecer infraestrutura mínima para que o trabalho realizado ao longo do ano seja feito com segurança deveria ser pensado como prioridade.

Todo ano, a prefeitura repassa verbas públicas para as ligas e para as escolas. Contudo, sempre existiu um desequilíbrio nos repasses: as escolas do grupo especial recebiam um valor muito superior às escolas das séries A, B, C e D. Enquanto isso, as escolas do

grupo E sequer recebiam subvenção. Para o carnaval de 2020 a prefeitura, que ainda não repassou todo o valor das subvenções do carnaval de 2019, anunciou que apenas dará subsídio para as escolas que desfilam na Intendente Magalhães. Como justificativa, a prefeitura alega que, de agora em diante, somente haverá subvenções para eventos abertos ao público. Qual a sua visão sobre a antiga e a atual política de subvenção? Essa política de incentivo vem atendendo as necessidades do Carnaval enquanto manifestação cultural?

Eu defendo que a subvenção dada às escolas seja algo que incentive a produção carnavalesca enquanto uma tradição cultural. É o dinheiro público fomentando práticas artísticas que levam conhecimento, entretenimento e difusão de saberes. A divisão da subvenção ainda é mal realizada, sobretudo em função do desconhecimento da atividade carnavalesca. Tanto a antiga quanto a nova política de subvenção apresentam falhas e nenhuma delas atendeu as necessidades do carnaval enquanto manifestação cultural. Quem repassava, e quem segue repassando a subvenção sequer sabe quando o carnaval começa a ser realizado. Ontem, e hoje, o entendimento de que a atividade carnavalesca é uma simples “festa” organizada para durar dois ou três dias ainda dificulta demais o entendimento do trabalho realizado para os desfiles.

Quais são as consequências do monopólio da transmissão dos desfiles?

Com o tempo, o desfile das escolas de samba deixou de ser uma atividade televisionada para tornar-se uma atividade televisiva. Desfile de escola de samba era transmitido porque era considerado algo interessante, digno de ocupar um horário na grade televisiva. Hoje o desfile se apequena para caber no horário de transmissão. Entendo que o consumo de arte, cultura e entretenimento mudou com o tempo e a maneira de se apreciar atividades artísticas ganharam novas dinâmicas. Todavia, o monopólio impede que reivindicações sejam feitas e os desfiles realizados seguem como algo “engessado”, que para caber na “grade” da emissora

não podem fugir das regras que pasteurizam as escolas em função da maneira como os desfiles são exibidos.

Quais medidas devem ser tomadas para garantir maior segurança aos profissionais (jornalistas, carnavalescos, motoristas, etc.) que atuam nos desfiles?

Isso é coisa simples, basta dar aos desfiles o mesmo tratamento que outras grandes atividades artísticas que ocorrem na cidade desfrutam. O desfile é uma atividade que impulsiona a atividade turística da cidade deixando, anualmente, um legado milionário para o Rio de Janeiro. Infelizmente, é tratado como despesa e de forma desrespeitosa, sobretudo no trato daqueles que realizam a atividade.

As quadras das escolas de samba muitas vezes são os melhores equipamentos culturais do bairro onde estão situadas. São locais de preservação da memória comunitária e promoção da cultura popular. Contudo, muitas se encontram em situação precária. De que forma o poder público poderia fortalecer esses espaços?

Se o poder público entendesse que as quadras são equipamentos culturais eles fomentariam esses espaços como locais para a difusão de bem-estar social. Toda quadra de escola de samba deveria ser espaço para a formação de cidadãos através da manutenção de práticas artísticas, sociabilização e programas socioeducativos.

Qual o balanço dos três anos de gestão do prefeito Marcelo Crivella no que se refere ao Carnaval do Sambódromo e da Intendente Magalhães?

Não há muita diferença na catástrofe que é a gestão do atual prefeito do Rio quando o assunto é carnaval, ou quando o assunto é qualquer outra demanda atribuída ao poder executivo municipal. Para o carnaval, Crivella foi um bispo que entendeu mal o seu papel diante dos desafios daquela que é sem dúvidas uma das maiores expressões artísticas e culturais de nosso povo. Para a cidade, Crivella foi um folião brincalhão e irresponsável que não entendeu absolutamente nada sobre o seu papel. Nada foi tratado com a seriedade merecida.

Na sua visão, as medidas tomadas pela prefeitura nos últimos anos contribuíram para a democratização do carnaval e a promoção do direito à cidade?

Nos últimos anos, a principal medida adotada pela prefeitura com relação ao carnaval foi ampliar sua demonização, incluindo o gasto de dinheiro público em propagandas televisivas com o interesse evidente de desqualificar a importância da atividade enquanto produção cultural e artística. O atual prefeito estabeleceu uma narrativa que coloca o carnaval como um vilão da cidade. Não há esse pensamento de democratização porque a gestão municipal não entende a importância do carnaval para a cidade que ele administra.

Quais os principais desafios para o próximo Carnaval?

O desafio de todo carnaval é colocá-lo na rua. Para escolas, blocos, bandas e foliões, esse é o desafio, mas também, nossa maior responsabilidade diante as restrições das liberdades que se anunciam.

**QUE TITITI É
ESSE QUE VEM
DA SAPUCAÍ?**

Administração da Sapucaí

Símbolo do carnaval carioca, o Sambódromo do Rio de Janeiro é lugar dos principais desfiles das escolas de samba. Apesar de ser palco de uma das maiores festas populares do mundo, esse equipamento público não tem recebido a atenção necessária da prefeitura. O tamanho do descaso da gestão de Marcelo Crivella ficou claro com sua tentativa de passar a administração do Sambódromo para o governo do estado, alegando não ter dinheiro para fazer obras de manutenção. Mas a necessidade das obras na Marquês de Sapucaí está longe de ser um fato inesperado, uma despesa extraordinária que a prefeitura não poderia prever.

Pelo contrário. A necessidade de obras para atender os requisitos de segurança do Corpo de Bombeiros, ampliar a acessibilidade e garantir reparos de manutenção é um fato público e notório de longa data. Tanto é assim que, até fevereiro deste ano, o Sambódromo encontrava-se preventivamente interditado para a realização de eventos. Foi apenas após uma ação judicial do Ministério Público, exigindo uma vistoria emergencial, que o local foi liberado na véspera da festa para sediar os desfiles do carnaval de 2019.

A falta de investimento da prefeitura na passarela do samba não tem nada a ver com a situação financeira dos cofres públicos, mas com uma escolha política de uma gestão marcada pelo desmonte das políticas culturais da cidade e obcecada com o ataque ao carnaval carioca.

Ausência e desmonte

A prefeitura não conseguiu repassar o Sambódromo para o governo do estado porque a Lei municipal nº 2720/1998 prevê que o carnaval é “de responsabilidade exclusiva, direta e intransferível da prefeitura da cidade”. Já em setembro, o Tribunal de Contas do Município oficiou a prefeitura ressaltando a ilegalidade do acordo que ela tentava firmar. Seria preciso uma mudança na lei. Ou seja, se a questão não passar pela Câmara Municipal, o acordo não poderá ser fechado.

Nesse cenário de empurra-empurra da gestão do Sambódromo, fica a certeza de que a política apresentada pelo atual governo municipal para o carnaval é de ausência e desmonte.

Uma importante observação: após meses de dúvidas de como se dariam as obras necessárias para a realização do carnaval de 2020, a prefeitura divulgou na imprensa que arcaria com a reforma necessária na Sapucaí. A informação foi divulgada às vésperas da conclusão dos trabalhos desta Comissão. Enviamos ofício à Riotur, solicitando o cronograma completo das obras e uma reunião com sua presidência para conferir se tudo estará pronto a tempo da realização dos desfiles.

Subvenção das escolas

O debate sobre subvenção dá pano para manga. Esta Comissão sempre defendeu que o poder público tem o dever de incentivar e investir nos patrimônios culturais do seu povo, mas também pontuou como é necessário diminuir a discrepância entre as verbas concedidas às escolas de samba do grupo especial e às dos grupos de acesso, além de reiterar a importância de se definir contrapartidas sociais claras para as escolas que receberem o incentivo público.

Mas desde o início da atual gestão da prefeitura do Rio de Janeiro, esse debate ganhou novos contornos. Já no primeiro ano, a prefeitura anunciou um corte de 50% das verbas destinadas às escolas do grupo especial e de acesso. E a redução do investimento não parou por aí. Gradativamente, os cortes chegaram ao patamar atual: nenhum incentivo. O argumento apresentado foi o mesmo de sempre: a crise econômica no município.

A discussão sobre contrapartidas e política de subvenção é importante, mas não é isso que temos visto nos últimos três carnavais em que a cidade esteve sob a administração de Marcelo Crivella. Os cortes foram feitos sem qualquer diálogo com as escolas. Não foi apresentado nenhum estudo efetivo sobre o impacto da política de subvenção nos cofres públicos. Tampouco foram buscadas formas alternativas de financiamento. A decisão foi tomada de forma discricionária.

ria, autoritária e súbita pelo Prefeito. E pior. Ela só foi anunciada no meio do ano, quando as escolas já estão em plena produção para o próximo carnaval e contando com a subvenção para cobrir os custos planejados.

Atravessando o borderô

Este ano, depois de não dar qualquer subvenção às escolas de samba, a prefeitura apresentou a justificativa de que não seria mais concedido incentivo público a eventos comerciais que contam com arrecadação de venda de ingressos.

A nova justificativa afetou os desfiles das escolas que efetuam a cobrança de ingressos – grupos de acesso e especial –, o que demonstra como a medida foi tomada sem considerar as peculiaridades de cada caso. Por certo, a arrecadação dos desfiles do grupo especial não é a mesma dos desfiles das escolas do grupo de acesso. De igual forma, as agremiações do grupo especial, por sua visibilidade, têm muito mais facilidade de obter recursos da iniciativa privada do que as escolas de outros grupos.

Diante deste cenário e temendo que as escolas do grupo de acesso não consigam sequer desfilar, o presidente da Lierj (Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, e que organiza os desfiles do grupo de acesso) apresentou a seguinte proposta à prefeitura: tornar gratuito o acesso à avenida nos dias dos desfiles do grupo de acesso em troca da subvenção pública. Não há notícias de que a prefeitura tenha respondido.

Aliás, se a própria prefeitura levasse a sério seu suposto critério, seria o caso de pensar se as escolas do grupo especial não deveriam receber incentivo público para promover os ensaios técnicos, uma vez que eles são gratuitos e apresentados no Sambódromo.

A verdade é que as escolas de samba enfrentam problemas há muito tempo quando o debate é o financiamento público. A política de financiamento sempre sofreu com a falta de cronograma dos repasses, dificultando o planejamento das escolas. Vale destacar que, além dos cortes pro-

movidos pela atual gestão ameaçarem a própria realização do carnaval do Sambódromo em 2020, até a data de fechamento deste relatório as escolas do grupo especial e as do grupo de acesso ainda aguardam parte do repasse prometido para o carnaval de 2019.

O carnaval arrecada muito mais do que custa

Neste ano, vimos a prefeitura lançar um anúncio oficial que tratava das verbas para o carnaval. O vídeo, que circulou nas principais mídias, dizia que o desfile das escolas de samba custavam para os cofres públicos R\$ 70 milhões, dinheiro que, segundo o vídeo, poderia ser investido para manter crianças nas escolas e creches. O discurso não é novo. No primeiro ano de cortes nas subvenções concedidas para as escolas de samba, Crivella anunciou que a economia seria revertida para as creches.

Mas essa falsa dicotomia criada pela prefeitura esconde a verdade sobre os investimentos da prefeitura e a quantia que o carnaval faz retornar para os cofres públicos. Em resumo: o prefeito está mentindo.

Segundo informações da própria prefeitura, em resposta à requerimento feito por esta Comissão, o total de repasses para as escolas do grupo especial, em 2019, foi de R\$ 7 milhões. Se somarmos os valores repassados para as escolas dos grupos de acesso (A, B, C, D e E), o custo para a prefeitura totalizou R\$ 10.868.257,00. Ou seja, o investimentos em todas as escolas de samba de todos os grupos é quase sete vezes menor do que o que foi divulgado pela prefeitura.

Além de mentir, a prefeitura omite. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas publicados em 2018 e de conhecimento da Riotur, o carnaval carioca como um todo dá um retorno para os cofres públicos de aproximadamente R\$ 77 milhões e isso se consideradas apenas a arrecadação de ISS (Imposto sobre serviços). Além disso, o carnaval da cidade movimenta cerca de R\$ 4 bilhões na economia carioca, gerando empregos direta e indiretamente.

Mas o cálculo pode ser ainda mais simples. O acordo feito entre as ligas das escolas de samba e a prefeitura para o uso do Sambódromo já prevê o pagamento de impostos por uma série de serviços relacionados ao evento. As ligas devem pagar impostos sobre a venda de ingressos, contratos de publicidade e até mesmo pela venda dos direitos de transmissão para emissora de televisão. Analisando os documentos obtidos por esta Comissão, foi possível verificar que só de ISS sobre as vendas de ingressos para os desfiles no Sambódromo de 2019, as ligas Lierj e Liesa pagaram para a prefeitura mais de R\$ 4 milhões. Ou seja, só o valor pago de imposto sobre a venda de ingressos cobre praticamente metade do valor dado como subvenção às escolas de samba.

Tentando trazer mais clareza para o debate, esta Comissão solicitou à prefeitura planilha com os números referente às outras arrecadações pagas pela Ligas, fosse com taxas ou impostos devidos aos cofres municipais. A resposta, no entanto, foi que a prefeitura não poderia dar esses números por questões de sigilo.

Apesar da resposta (não) dada pela prefeitura e, de novo, da falta de transparência de dados, é possível constatar pelos estudos feitos e pelos documentos recebidos que o carnaval não é um problema para as finanças públicas do Rio, é uma solução.

Vamos adiante: a gestão do prefeito Crivella deixou de investir cerca de R\$ 10 milhões no desfile das escolas de samba, mas aumentou, em um ano, três vezes esse valor em verba para publicidade. Só de 2018 para 2019, o aumento de despesa com anúncios da prefeitura foi de quase R\$ 30 milhões. E esse aumento saiu do orçamento de outras pastas da prefeitura.

Ou seja, ao invés de gastar dinheiro público fazendo publicidade com informações falsas sobre o carnaval, o prefeito deveria aplicar o dinheiro onde há retorno, seja ele financeiro ou na garantia de direitos dos cidadãos cariocas. Ou os dois, como é no caso dos investimentos no carnaval.

ABRINDO
O JOGO

Transparência

Goste o prefeito ou não, a festa do Momo é a maior manifestação cultural da história da cidade. Além disso, arrecada milhões e movimenta bilhões. Logo, o planejamento orçamentário da prefeitura para o carnaval deve prezar pela transparência pública e participação popular para que os investimentos sejam eficazes, eficientes e efetivos.

No caso das escolas de samba, faltam políticas de apoio e incentivo para melhorar as condições de trabalho nos barracões e promover as quadras como equipamentos de cultura popular. Já o Sambódromo é um importante equipamento público de administração municipal que merece mais atenção da prefeitura. O mesmo vale para a Avenida Intendente Magalhães, em Campinho, local de desfile de escolas de samba de quatro grupos.

Por outro lado, é necessário também cobrar maior transparência das ligas e agremiações. Em outras palavras, prezar pela autonomia das escolas de samba em suas decisões administrativas e artísticas não pode significar delegar às ligas em que elas se reúnem todo o poder sobre uma festa em que há responsabilidades públicas envolvidas.

A importância do carnaval para a cidade e seus valores histórico-culturais merecem um olhar atento de toda sociedade.

E o povão ficou fora da jogada

A venda de ingressos para o Sambódromo, pela forma como é feita, pelos preços cobrados e por estar o poder público alheio a ela, é motivo de muita polêmica. Os altos preços impedem o acesso popular à passarela por onde desfila uma das maiores expressões de cunho... popular; a forma de venda – até recentemente feita de forma exclusiva por telefone e fax – dificulta a fiscalização. Além disso, a ausência do poder público em um evento com dinheiro público feito nas instalações de um equipamento público é pouco coerente.

Segundo informações obtidas por esta Comissão junto à prefeitura, a lotação do Sambódromo é de aproximadamente 74.500 lugares. Desse total, menos de 8% é destinado à

entrada gratuita na avenida, sendo distribuído entre as escolas que farão o desfile no dia. Chama atenção que o número de convites gratuitos reservados para quem trabalhou o ano inteiro para fazer o desfile acontecer é praticamente o mesmo que o destinado para a Câmara Municipal e para fornecedores, patrocinadores e “outros”.

As políticas de acesso popular são insuficientes. Hoje os ingressos mais baratos se restringem a duas arquibancadas recuadas que permitem apenas ver a dispersão da escola. Já os lugares do setor 1, distribuído entre as agremiações e destinado a cortesias, pela falta de fiscalização, acabam muitas vezes nas mãos de cambistas. Ou seja, é fundamental que o poder público assuma suas responsabilidades na gestão da festa e garanta maior contrapartida social na democratização do espaço.

Permitir que o Sambódromo, nas suas noites mais disputadas, seja um lugar prioritariamente voltado para o turismo e acessível apenas às classes média e alta é uma afronta, não só à natureza popular do carnaval, como ao dinheiro público que, corretamente, deve fomentá-lo.

Monopólio de transmissão

A restrição do acesso do público ao desfile das escolas de samba no Sambódromo não se dá apenas pelo alto preço dos ingressos ou a forma de venda. Quem não pode estar na avenida e quer ver as apresentações pela televisão conta apenas com a transmissão de uma única emissora que, detentora de exclusividade, decide o que e como exibir. A prática habitual é a de não mostrar os primeiros desfiles do dia nem o desfile das campeãs, além de privilegiar informações mais voltadas para o mundo das celebridades do que para questões artísticas, histórico-culturais, do cotidiano da escola ou relacionadas aos seus componentes, que, aliás, são os protagonistas da festa.

Vale citar, também, que decisões como diminuição no tempo do desfile e na quantidade de alegorias muitas vezes são tomadas por exigência televisiva.

O fato é que não contribui para a promoção de um evento que se quer democrático o monopólio de uma emissora específica, qualquer que seja ela, e o poder decorrente dele. Também não é razoável que uma festa com incentivo público seja veiculada de forma restrita, com apenas um modelo de exibição. Compreender o carnaval e os desfiles das escolas de samba pela relevância cultural que têm não é deixar as regras do espetáculo ditarem o jogo, mas, pelo contrário, tornar as virtudes da maior manifestação cultural da cidade – e uma das maiores do país – ainda mais acessíveis à sociedade.

Enquanto isso, nos camarotes

Diz a sabedoria popular que o exemplo vem de casa. Mas a relação da prefeitura com seus camarotes no Sambódromo não é assim tão exemplar.

Todo ano a prefeitura firma com as ligas das escolas termo de permissão de uso da passarela do samba para preparação e organização dos desfiles. Neste termo ficam estabelecidos direitos e deveres tanto das ligas, como da Prefeitura. O termo prevê, por exemplo, a quantidade de ingressos cedidos gratuitamente, inclusive para os poderes públicos estadual e municipal.

A prefeitura fica com dezoito camarotes, além de seguir responsável pelo uso e venda dos espaços disponíveis no pátio interno, sob a arquibancada de dez setores. Além disso, a Rio-ur, fica com doze camarotes e duas frisas. A justificativa seria para que o poder público tivesse um espaço para promover o carnaval a parceiros, empresas e possíveis investidores.

Em uma gestão que declaradamente não apoia o carnaval e com um prefeito que não costuma participar da festa, o assunto chamou a atenção, principalmente depois de denúncias feitas pela imprensa sobre supostas irregularidades na venda dos camarotes da prefeitura no início deste ano. O caso resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar as denúncias de fraude nas licitações.

Durante as investigações, fatos no mínimo curiosos surgiram: ligações – inclusive familiar - entre as empresas partici-

pantes do edital; empresa anunciando a venda de ingressos para o camarote antes mesmo da prefeitura anunciar o edital de venda; edital de venda lançado um dia antes do início dos desfiles; ligação entre assessor do prefeito e empresários interessados; venda por valores abaixo do valor de mercado dos espaços, entre outras polêmicas suspeitas. Tudo isso levou a CPI a concluir que havia indícios de formação de cartel e a enviar a documentação ao Ministério Público e Tribunal de Contas do Município.

A prefeitura diz que usa os camarotes para questões ligadas a promoção de evento e investidores, mas não são necessários trinta camarotes para tanto. De qualquer forma, conforme constatado pela CPI, apenas seis camarotes foram colocados a venda pela prefeitura. O que foi feito com os outros 24 espaços que ela tem no Sambódromo? Foi o que a CPI questionou, mas não obteve qualquer resposta.

Assim, não se sabe qual foi o uso dado aos camarotes, quanto foi gasto com serviços como Buffet, infraestrutura, som, nem qual é o procedimento adotado pela prefeitura para tomada de decisão sobre a venda dos espaços ou não, o que demonstra a falta de responsabilidade com o bem público.

Seria possível arrecadar mais com a venda dos camarotes? Há custos com o uso do espaço que poderiam ser cortados? A prefeitura gasta rios de dinheiro em publicidade para dizer que investir no carnaval é desperdício. Mas, infelizmente, não fornece dados para conhecermos melhor como ela mesmo usa dinheiro público na gestão de seus camarotes.

O DESFILE QUE
NÃO PASSA
NA TVÊ

Não deixe o samba morrer

Quando falamos em carnaval das escolas de samba, o imaginário social se desloca quase que imediatamente para o que é transmitido na televisão. Mas há muita escola de samba fora das telas.

Além dos desfiles gratuitos na Intendente Magalhães, que envolvem escolas de diversos territórios da cidade e seu entorno, há as agremiações mirins que cumprem um importante papel cultural.

Com desfiles feitos sem qualquer cobrança de ingresso para o público (nem mesmo pela fantasia usada), as escolas mirins são pontos de verdadeira resistência no carnaval. Onze das dezesseis agremiações que compõem o grupo transformam um espaço embaixo da Avenida Trinta e um de Março, no Catumbi, em um barracão improvisado para fazerem suas alegorias com as doações que recebem. Por ser um desfile de crianças, as agremiações têm preocupações específicas com lanche, bebidas e transporte.

É dali, muitas vezes, que saem os grandes mestres de bateria, porta-bandeiras, mestre-salas, passistas... é ali também que se transmitem os fundamentos sócio-culturais do carnaval.

As quadras das escolas de samba também são espaços importantes de fomento à cultura e consolidação de um sentimento comunitário que funcionam em um calendário muito além da semana de carnaval.

Por tudo isso, também, é necessário repetir: a relevância do carnaval está longe de ser exclusivamente para o turismo da cidade. Carnaval gera emprego, consolida pertencimentos, fomenta cultura e identidades. E o poder público deve ter isso em mente na hora de pensar em políticas para o carnaval carioca.

Glória a quem trabalha o ano inteiro

Enquanto a prefeitura se preocupa em gastar dinheiro público com publicidade para justificar o desmonte do carna-

val, mantendo o debate restrito aos desfiles das escolas e com informações defasadas, ela vai deixando de lado outras responsabilidades. Parte dessas responsabilidades negligenciadas tem a ver com a própria manutenção de equipamentos públicos municipais que interferem diretamente nas condições de trabalho de milhares de trabalhadores que tem no carnaval o seu sustento.

No Sambódromo, sobram irregularidades nas instalações elétricas e problemas no cumprimento de exigências para o combate a incêndios. Não à toa, já houve interdição preventiva por falta de protocolos de segurança. Mas, infelizmente, o abandono da prefeitura não está restrito à passarela do samba.

Muda a gestão na prefeitura, mas a situação da Cidade do Samba permanece a mesma. Em 2011, após um incêndio que atingiu quatro barracões no complexo, constatou-se que a Cidade do Samba não possuía estrutura adequada para o enfrentamento de incêndio. Apesar disso, pouco foi feito para que o espaço adquirisse um plano de prevenção e controle de incêndios atualizado de acordo com a regulamentação do Corpo de Bombeiros. Em dezembro do ano passado, o espaço ganhou nova interdição justamente pela ausência desse plano.

Enquanto a prefeitura responde que a gestão da Cidade do Samba é de administração da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio, responsável pelo grupo especial), o presidente da Liga informou à Comissão que já existe ata, formalizada junto ao Ministério Público, na qual a própria prefeitura reconhece sua obrigação de atualizar a rede de incêndio para atender às normas vigentes.

A situação piora se olharmos a situação das escolas dos grupos de acesso, onde muitos não tem um espaço efetivo de trabalho. Atuando à beira da ilegalidade, há casos de escolas tendo seus barracões desapropriados na Zona Portuária. As notícias de incêndios nos barracões de escolas do grupo de acesso são, infelizmente, bastante recorrentes. Nesse cenário, há muito se espera a construção da Cidade do Samba 2, prometida há alguns anos. Após o projeto quase ser descartado, ele voltou a ser apresentado pela Lierj (Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, responsável pelo

grupo de acesso), e a prefeitura chegou a indicar, ano passado, a possibilidade da Cidade do Samba 2 ser construída em um terreno na Avenida Brasil. Mas, até agora, não há indícios que a questão se resolva tão cedo.

Nesse empurra-empurra de responsabilidade, coloca-se em risco não só a realização do carnaval, mas a vida dos trabalhadores. Garantir condições de trabalho para a realização de uma das maiores festas populares do Brasil deve ser prioridade das ligas, das escolas e do poder público.

RECOMENDAÇÕES

- Reconhecer o carnaval como manifestação cultural e transferir da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval da Avenida, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de escolas de samba, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do Carnaval de Avenida e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Recuperar o projeto original do Sambódromo, fazendo do local onde hoje estão as frisas (ou de parte delas) uma área a preços populares;
- Garantir a manutenção das arquibancadas gratuitas montadas na concentração das escolas de samba para o desfile no Sambódromo;
- Garantir a realização de ensaios técnicos gratuitos;

- Determinar que a venda de ingressos seja feita pela internet e em bilheteria fixa localizada no Sambódromo;
- Impedir que ingressos sejam distribuídos a parlamentares, como hoje é feito;
- Exigir da LIESA e da LIERJ relatório detalhado da venda de ingressos para o Sambódromo, que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir da LIESB relatório com cópias de todos os contratos com empresas que por ventura forem contratadas para a realização do carnaval na Avenida Intendente Magalhães, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir que todas as escolas e agremiações que recebem subvenção pública forneçam à prefeitura um relatório com cópias dos contratos com prestadores de serviços (MEI) e dos contratos de trabalho (via CLT) firmados com trabalhadores, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura, respeitando os sigilos fiscais e financeiros individuais;
- Realizar audiências públicas para debater com a sociedade civil os critérios que devem ser utilizados pela prefeitura para a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações carnavalescas;
- Diminuir a disparidade entre os valores de subvenção entre os grupos, de modo que a verba destinada ao último grupo que desfila na Avenida Intendente Magalhães seja no mínimo a metade do valor que é destinado ao Grupo Especial;
- Garantir que a verba pública destinada ao apoio das escolas de samba (incluindo os grupos que desfilam na Avenida Intendente Magalhães) sejam pagos diretamente às agremiações, estas devendo se responsabilizar pela prestação de contas;

- Planejar medidas que visem à preservação de agremiações tradicionais do carnaval que perderam a força com a crescente mercantilização dos desfiles;
- Ampliar os investimentos nos desfiles das escolas de samba mirins, garantindo a infraestrutura necessária para os desfiles;
- Garantir a concorrência da transmissão televisiva no Carnaval, com o fim da exclusividade na transmissão televisiva e a garantia de que os Canais de Televisão Educativos possam transmitir o evento sem a necessidade de pagar pelos direitos;
- Elaborar um sistema interativo de comunicação para oferecer programas informativos (com aplicativos para celular) que contem a história do carnaval do Rio e expliquem o espetáculo da Sapucaí e da Intendente Magalhães em tempo real;
- Realizar uma ampla reforma do Sambódromo a fim de garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os setores;
- Promover a mudança do local das cabines de rádio e televisão para o setor 6 do Sambódromo, de modo a possibilitar uma visão geral do desfile e maior condições de trabalho para os jornalistas;
- Construir corredor de descolamento no Sambódromo, junto aos camarotes para a imprensa, para a circulação segura de jornalistas credenciados durante os desfiles;
- Realizar um credenciamento mais criterioso dos profissionais da imprensa, submetendo o processo à fiscalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, evitando conceder credenciais para não jornalistas e prevenido assim a aglomeração dessas pessoas na concentração do desfile;

- > Disponibilizar, junto às cabines dos veículos de comunicação, uma cabine para os diversos sindicatos responsáveis pela fiscalização de condições de trabalho no Sambódromo;
- > Elaborar regulamentação técnica com parâmetros de segurança dos carros alegóricos;
- > Exigir que os carros alegóricos garantam uma visão adequada do lado externo ao motorista responsável pela condução do carro alegórico na concentração e durante o desfile no Sambódromo;
- > Tornar obrigatória a realização de testes prévios dos carros alegóricos, com acompanhamento de corpo técnico da Subsecretaria Municipal do Carnaval, a fim de certificar as condições técnicas adequadas ao desfile;
- > Investir na capacitação técnica dos seguranças da avenida com atuação no Sambódromo a fim de auxiliar eventual ação do Corpo de Bombeiros;
- > Desenvolver Protocolo de Emergência do Sambódromo com medidas específicas a serem tomadas em casos de acidentes, promovendo ampla divulgação de seus termos e capacitação dos integrantes das escolas de samba;
- > Determinar que em casos de acidentes graves ocorridos durante o desfile, o mesmo deve ser interrompido até que a segurança de todos esteja garantida.
- > Realizar as reformas necessárias na Cidade do Samba 1 para de garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores;
- > Planejar e executar as obras necessárias para a construção da Cidade do Samba 2;
- > Fiscalizar periodicamente as instalações dos barracões a fim de garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores contratados pelas escolas de samba;

- Criar pontos de cultura e espaços de memória nas escolas de samba, valorizando a relação das escolas com os bairros do seu entorno;
- Investir em políticas de preservação da infraestrutura das quadras de escolas de samba, aproveitando o espaço físico das escolas como equipamentos culturais dos bairros;
- Integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências, etc.) ao universo de múltiplos saberes das agremiações e integrando a política de cultura com a política educacional do município.
- Promover campanhas educativas, implementar medidas preventivas de segurança e criar redes de apoio, acolhimento e denúncia para garantir um carnaval que valorize a diversidade e defenda a liberdade daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem;
- Garantir a promoção de uma imagem do carnaval que evite a perpetuação de estereótipos que disseminem preconceitos de classe, gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, manifestação de fé, corpo, cultura ou origem.

SAIDEIRA

A FESTA
ENGAJADA

LUIZ ANTONIO
SIMAS

Há quem ache que o carnaval é apenas uma festa alienada, escapista, ou coisa parecida. Quando, entretanto, conhecemos a História do carnaval brasileiro, percebemos que a realidade é bem diferente dessa primeira impressão: o carnaval é uma festa que também dialoga com os dilemas políticos e sociais do país, na maioria das vezes de forma crítica e jocosa.

Um dos carnavais mais emblemáticos do Rio de Janeiro foi o de 1912. O Barão do Rio Branco faleceu em fevereiro. Considerado um herói nacional em virtude de seu papel na demarcação de nossas fronteiras, o Barão foi homenageado de forma inusitada: o governo achou por bem adiar o carnaval.

A população não deu a menor pelota para a proibição da festa. As ruas foram tomadas por foliões indignados que ainda, segundo a imprensa do período, aproveitaram para criticar o governo do Marechal Hermes da Fonseca com uma marcha galhofeira: “O Barão morreu / Teremos dois carnavá / Ai que bom, ai que gostoso / Se morresse o marechá”.

Foi em um desfile de carnaval, o do Salgueiro em 1960, que muitos brasileiros tomaram conhecimento da luta dos quilombolas pela liberdade. A escola de samba desfilou com um enredo sobre o Quilombo dos Palmares bem antes do tema ter chegado com força aos livros didáticos e às salas de aula dos colégios brasileiros.

Em 1969, o Império Serrano desfilou, pouco tempo depois do lançamento do AI-5, com o enredo “Heróis da Liberdade”. A escola teve, inclusive, que alterar a letra do samba. A frase “é a revolução em sua legítima razão” acabou tendo que ser modificada. “Revolução”, em virtude do autoritarismo do período, teve que virar “evolução. Em 1985, a Caprichosos de Pilares ecoou no samba um grito que estava na boca do Brasil: “Diretamente, o povo escolhia o presidente!”.

Exemplos não faltam, tanto no carnaval de rua como no carnaval dos desfiles. Autoridades satirizadas, censuras denunciadas, crise econômica exposta de forma irreverente, poderosos expostos ao ridículo em marchinhas e fantasias. Tudo isso aconteceu e acontece no carnaval brasileiro.

É necessário ainda combater certo discurso reacionário que tenta ligar ao carnaval a uma festa de gente que não quer nada com o trabalho e vive na vagabundagem. O car-

naval também é uma festa de muito trabalho, que gera movimentação importante na economia das cidades. O que dizer dos vendedores ambulantes, funcionários dos barracões de escolas de samba, músicos, cantores, garis, motoristas de ônibus, condutores de trens e metrô, jornalistas, arrumadeiras e faxineiras de hotéis, garçons, cozinheiros, costureiras de fantasias, motoristas de carros de som, e tantos outros trabalhadores que passam o carnaval no batente?

Concluo mencionando que em 1928, o Conselho Municipal do Rio de Janeiro sugeriu simplesmente que o carnaval fosse extinto do calendário da cidade. O argumento era o de que a festa era perigosa e criava um clima de descontrole nas ruas tomadas pelo povo. Balela. O que havia era medo e preconceito contra uma festa popular. O caricaturista J. Carlos criticou a proibição em uma charge na revista O Malho que sintetiza de maneira irreverente, em seu curto texto, a potência do carnaval entre nós: Acabar com o Carnaval? Cuidado, conselheiros... Por muito menos já fizeram a Revolução Francesa!

Fica o recado aos donos do poder e inimigos da festa.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2019

